

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO SETOR AGROINDUSTRIAL DO LEITE NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES - SP¹

Eliane Regina Francisco da SILVA

Doutoranda em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente
e-mail: lianecarvalho11@yahoo.com.br

Rosângela Aparecida de Medeiros HESPANHOL

Docente dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente
e-mail: medeiroshespanhol@gmail.com

Resumo: O processo de reestruturação produtiva implica na introdução de mudanças na gestão, na produção, na organização e na contratação da força de trabalho nos mais diferentes setores da economia. O objetivo da pesquisa foi analisar a produção e o processamento do leite no município de Presidente Bernardes, localizado na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico e leitura do material selecionado; coleta e sistematização de dados de fonte secundária nos Censos Agropecuários de 1995/6 e 2006 e Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010 e no Projeto LUPA de 1995/6 e 2007/8; elaboração e aplicação de formulário a 56 produtores de leite (28 convencionais e 28 assentados); realização de entrevistas com os representantes de laticínios e agentes institucionais locais. Nesse artigo são apresentados alguns dos resultados obtidos na pesquisa. Na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente e, em especial, no município de Presidente Bernardes, a produção de leite tem grande importância na geração de renda complementar aos pequenos produtores rurais. Verificou-se que os produtores mais capitalizados e com acesso à informação e que são, geralmente, os mais tecnificados e especializados, tendem a suportar com maior facilidade os impactos da reestruturação produtiva.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva; Espaço rural; produção e processamento do leite; Mudanças tecnológicas; Presidente Bernardes.

REESTRUCTURACIÓN PRODUCTIVA DEL SECTOR AGROINDUSTRIAL DE LA LECHE EN PRESIDENTE BERNARDES - SP

Resumen

El proceso de reestructuración productiva implica la introducción de cambios en la gestión, producción, organización y contratación de la mano de obra en muchos sectores de la economía. El objetivo de la investigación fue analizar el procesamiento de la producción y de la leche en el municipio de Presidente Bernardes, ubicada en Geographic Micro Región de Presidente Prudente. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron: la literatura y la lectura del material seleccionado; recopilación y sistematización de datos secundarios en los Censos Agropecuarios de 1995/6 y 2006 Censos IBGE 1991, 2000 y 2010 y el proyecto LUPA 1995/6 y 2007/8; desarrollo y aplicación de un form a 56 productores de leche (28 convencional y 28 asentados); entrevistas con los representantes de los productos lácteos y los agentes institucionales locales. En este trabajo se presentan algunos de los resultados. En Micro región geográfica de Presidente Prudente, en particular, en el municipio de Presidente Bernardes, la producción de leche es muy importante en la generación de ingresos para los pequeños agricultores. Se encontró que los mejores productores capitalizados con mayor información y que generalmente la entrada superior y especializada, tienden a soportar más fácilmente los impactos del proceso de reestructuración.

Palabras clave: La reestructuración productiva; Las zonas rurales; la producción y el procesamiento de la leche; Los cambios tecnológicos; Presidente Bernardes.

RESTRUCTURING OF THE MICRO-REGION GEOGRAPHIC PRESIDENTE PRUDENTE: STUDY AGROINDUSTRIAL MILK SECTOR IN THE CITY OF PRESIDENTE BERNARDES – SP

Abstract: The productive restructuring process implies the introduction of changes in management, production, organization and recruitment of the workforce in many different sectors of the economy and a global perspective. The goal of the research was to analyze the production and milk processing in the municipality of Presidente Bernardes,

¹Esse artigo apresenta alguns resultados das reflexões realizadas na dissertação de mestrado em Geografia intitulada “Modernização da agricultura e reestruturação produtiva da atividade leiteira”.

located in Geographic Micro Region of Presidente Prudente. The work was designed as a case study and the methodological procedures used were: literature and reading of selected material; collection and systematization of secondary data in the Agricultural Censuses of 1995/6 and 2006 Censuses IBGE 1991, 2000 and 2010 and the LUPA Project 1995/6 and 2007/8; development and application of a form to 56 dairy farmers (28 conventional and 28 settlers); interviews with representatives of dairy and local institutional agents. In this paper we present some of the results. In Geographical Microregion of Presidente Prudente, in particular, in the municipality of Presidente Bernardes, milk production is very important in generating income for small farmers. It was found that the best capitalized producers with greater information and that generally the higher input and specialized, tend to more easily withstand the impacts of the productive restructuring process.

Keywords: Productive restructuring; Rural areas; Milk production and processing; Technological changes; Presidente Bernardes.

1. Introdução

A atividade leiteira coaduna fatores que propiciam o seu desenvolvimento até mesmo por produtores de pequeno porte, a saber: renda mensal e possibilidade de venda dos animais de descarte, dentre outros. No entanto, com as novas exigências para a produção de leite, muitos produtores têm encontrado dificuldades para permanecer no segmento em virtude da falta de recursos financeiros e/ou de informação.

No presente trabalho busca-se investigar como o processo de reestruturação produtiva na agricultura e, em particular, no setor de produção de leite, desencadeia um conjunto de mudanças normativas (legislação), que afeta a produção realizada em pequena escala. Para tanto, tem-se como recorte espacial da pesquisa o município de Presidente Bernardes – SP e como foco a produção leiteira realizada nas pequenas propriedades convencionais e nos lotes situados em assentamentos rurais. A escolha da produção leiteira realizada em pequena escala se deve ao fato desta se constituir numa importante atividade econômica que garante tanto a reprodução social como patrimonial das famílias.

Foram utilizados como procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico; coleta e sistematização de dados de fonte secundária nos Censos Agropecuários de 1995/6 e 2006 e Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010 e no Projeto LUPA de 1995/6 e 2007/8; elaboração e aplicação de formulário a 56 produtores de leite (28 convencionais e 28 assentados); realização de entrevistas com os representantes de laticínios e agentes institucionais locais. Cumpre lembrar que denominamos produtores convencionais os que tiveram acesso à terra através de compra ou herança e assentados os que foram beneficiados pela política de assentamento rural. Nesse artigo são apresentados alguns dos resultados obtidos na pesquisa.

A escolha do município de Presidente Bernardes para a realização da pesquisa empírica deve-se ao fato de que a economia desta localidade está estruturada na atividade agropecuária, com ênfase na pecuária de leite, que é o foco do trabalho, e de corte. Em termos dos cultivos, há a produção de milho, que geralmente é empregada na alimentação de bovinos e da cana-de-açúcar,

que também é utilizada tanto para a alimentação de bovinos quanto para o processamento em usinas da região.

2. Reestruturação produtiva: considerações sobre um conceito complexo

A reestruturação produtiva na ótica de Lencioni (1994), ao estudar a reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo, é algo dialético e não estável e fixo, isso porque faz parte de um “fenômeno socioespacial”, que tem rebatimentos na sociedade e no espaço.

Na ótica de Bomtempo (2011), que estudou as interações e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília (SP), a reestruturação produtiva implica na introdução de inovações ligadas à gestão, à produção, à organização e à contratação da força de trabalho, sendo esta problemática amplamente estudada por engenheiros, administradores, economistas, sociólogos, psicólogos, geógrafos, entre outros.

Cabe-nos ressaltar que, ainda que a reestruturação seja um processo global, ela não se dá de modo homogêneo no tocante aos aspectos espaciais e sociais. Assim, esse processo condiciona as heterogeneidades da produção e da organização do espaço.

Nessa perspectiva, Silva (2014) afirma que a reestruturação produtiva é um fenômeno multiescalar que ocorre a partir das constantes redefinições do espaço e que apesar de ser um movimento da totalidade, tem repercussões mais evidentes em nível regional ou local, já que “embora as normas, as técnicas e o capital possuam dinâmicas globais, é na escala regional-local que a atuação destes vetores do processo de reestruturação tornam-se mais evidentes”, em virtude da (re)produção e redefinição do uso das formas espaciais (SILVA, 2014, p. 53).

A reestruturação produtiva pode ter um viés *normativo* de caráter formal, no caso das deliberações do Estado, por exemplo; um viés *econômico* ou *mercadológico* quando elaborada numa perspectiva empresarial; ou podem ser condicionadas pelos movimentos sociais organizados, sobretudo, quando da ocorrência de ações de resistência aos projetos hegemônicos dos poderes público e/ou privado (SILVA, 2014).

Leite (2003) afirma que a reestruturação produtiva, independentemente do país ou região em que está ocorrendo, implica num conjunto de transformações econômicas que vêm se dando em âmbito mundial desde meados dos anos 1970, “[...] quando entra em crise o modelo de substituição de importações sob o qual se estruturou a fase anterior de nosso desenvolvimento econômico” (LEITE, 2003, p. 67).

A partir dos anos 1970 se consolidou a crise do fordismo norte-americano (DRUCK, 1999) que, na concepção de Cicero (2011, p. 8), ao analisar a reestruturação produtiva da indústria de

calçados de Birigui (SP): “(...) implicou em mudanças nos processos de trabalho, consumo, configurações geográficas, nas práticas estatais, nos hábitos e costume da sociedade de um modo geral”.

A crise do fordismo representou uma crise do próprio paradigma industrial, fundamentada na desaceleração da produtividade e da lucratividade e, por conseguinte, na crise do emprego e do Estado-providência. Acredita-se que estas mudanças estão vinculadas ao movimento histórico do capitalismo que se dá por meio de ciclos de crise e de acumulação, e que a cada nova crise intensificam-se as lutas competitivas, que culminam em ajustes socioeconômicos. Os resultados dessa crise são importantes mudanças, a saber: a ampliação da competição e adoção de estratégias de organização empresarial com vistas à minimização dos reflexos negativos da crise por meio da redução dos custos de produção; da incorporação de inovações nos produtos e nos processos produtivos e de mudanças na organização territorial das firmas (LIPIETZ; LEBORGNE, 1988).

A partir dessa crise, inicia-se, um processo de reestruturação produtiva fundamentado na adoção tecnológica, nas novas políticas de gestão e organização do trabalho por meio da “cultura da qualidade” e numa estratégia patronal que objetivava a neutralização de todas as formas de organização e resistência dos trabalhadores (DRUCK, 1999).

Esse período *pós-fordista* em emergência foi denominado de *regime de acumulação flexível* e foi responsável pela indução da “reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimentos de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo” (BENKO, 2002, p. 29). O período de acumulação flexível permite maior fluidez na circulação de pessoas, mercadorias, matérias-primas e capital, bem como fomenta a ocorrência eficiente dos processos de produção, distribuição e consumo das mercadorias.

Elias, em seu texto “Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil” de 2012, afirma que a reestruturação produtiva da agropecuária, entendida como processo fundante de mudanças nos elementos técnicos e sociais da estrutura agrária, que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor, tem profundos impactos sobre os espaços agrícolas e urbanos. Desse modo, a autora afirma que:

Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais complexa a formação de redes agroindustriais e quanto mais globalizados seus circuitos espaciais de produção e seus círculos de cooperação, mais complexas se tornam as relações campo-cidade. Consequentemente, cria-se uma gama de novas relações sobre o território. Essas relações ajudam a transformar radicalmente as clássicas relações campo-cidade e levam esses dois espaços a emitir e a receber larga quantidade de fluxos de matéria e informação, de várias naturezas e magnitudes. O resultado é uma total reorganização do território brasileiro, agrícola, urbano e regional (ELIAS, 2012, p. 8).

Essas estreitas relações campo-cidade, na concepção de Rios Filho (2015), tem ligação com a nova divisão internacional do trabalho implantada no Brasil após a Segunda Guerra Mundial que possibilitou uma reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, com a consolidação e expansão da agricultura científica pelo território nacional e uma nova realidade urbana no país a partir de 1970. O autor lembra que Milton Santos em sua obra “A urbanização brasileira” de 2005, fala de um Brasil de regiões urbanas com atividades agrícolas e de regiões agrícolas com áreas urbanas num período denominado de técnico-científico e informacional. Esse cenário ajuda, ao menos em parte, a justificar os impactos da reestruturação produtiva em toda a cadeia produtiva do leite, ou seja, desde a produção realizada nas propriedades ou lotes rurais até o consumidor final, ou em outras palavras, abarcando desde o campo até a cidade.

2.1. Rebatimentos da reestruturação produtiva aos produtores de leite no Brasil

Com a facilidade de importação de derivados lácteos, em decorrência da redução de alíquotas de importação, simplificação burocrática e adoção de câmbio sobrevalorizado, os produtores rurais se depararam com a necessidade de aumentar a eficiência nas propriedades, com o objetivo de cumprir as exigências dos laticínios que se tornaram mais competitivos em virtude da reestruturação produtiva (MARTINS; FARIA, 2006).

De acordo com Bortoleto e Silva (2001), mesmo que as inovações produtivas, organizacionais e industriais sejam aplicadas ao conjunto da economia brasileira, as consequências mais acentuadas se refletem sobre a produção agropecuária de pequena escala. As principais limitações dessa categoria de produtores são: a) produção em pequena escala; b) decisão de produção e comercialização individualizada; e c) dificuldade de acesso aos programas setoriais de apoio.

As mudanças empreendidas na atividade agroindustrial a partir de 1990 tiveram repercussões nos âmbitos produtivo, organizacional e normativo da atividade leiteira. Desse modo, torna-se relevante entender como se deram as mudanças nesse período.

Essas mudanças foram, mormente, induzidas por quatro condicionantes principais, a saber: a) instituição e consolidação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL); b) implantação do Plano Real; c) desregulamentação produtiva e comercial e; d) aceleração do processo de concentração, por meio de fusões e aquisições de laticínios e supermercados no segmento varejista, como salientam Otani *et al.* (2001).

A partir de 1990 passaram a ocorrer reivindicações acerca das importações, definição de políticas de financiamento, além da adoção de novas legislações vinculadas aos produtos lácteos.

Diante deste cenário, no dia 5 de maio de 1998, o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA), do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), apresenta à iniciativa privada o “Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite” (PNMQL), formulado por técnicos daquele Ministério junto com os de outros institutos de pesquisa e universidades. A partir de então, instituiu-se uma equipe de trabalho formada por representantes da indústria para a elaboração do “Programa de Modernização do Setor Produtivo de Leite e Derivados e de Aumento de sua Competitividade” (BORTOLETO; CHABARIBERY, 1998).

De acordo com o Ministério da Agricultura e Abastecimento (1998), em minuta (proposta preliminar – Portaria MAA, n. 166) apresentada ao Governo Federal pela equipe instituída, ficou firmada a primeira medida a ser tomada: “melhoria da qualidade do leite cru”, sob duas ressalvas: a primeira, que as metas e o tempo preconizado para alcançá-las fossem compatíveis com o cenário brasileiro, com a possibilidade de se estipular cronogramas de progresso diferenciados para as distintas regiões; e a segunda, que os reflexos (positivos ou negativos) dessas mudanças fossem analisados por indicadores de desempenho confiáveis.

Na tentativa de priorizar, especificamente, a modernização da cadeia produtiva do leite paulista, a Câmara Setorial de Leite e Derivados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo instituiu uma equipe de profissionais para criar um programa de melhoria e qualidade do leite cru (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 1998).

No dia 07 de dezembro de 1999 foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria 56, para consulta pública até março de 2001. Esta Portaria alterava significativamente os termos específicos que envolvem todos os processos de coleta, transporte e armazenamento de leite, dentre outros, substituindo assim, normas estabelecidas no Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), do Ministério da Agricultura e Abastecimento, datado de 1952 (OTANI *et al.*, 2001).

Kirchof (2001) aponta as mudanças mais significativas empreendidas por esta Portaria: a) o leite deve ser resfriado até 4° C em no máximo três horas após a ordenha; b) no que se refere ao leite pasteurizado, a portaria prevê a obrigatoriedade da adoção da pasteurização rápida (de acordo com os técnicos do Ministério da Agricultura, a proibição para a pasteurização lenta é somente para o leite sob inspeção federal); c) será obrigatório o uso de caminhões-tanques isotérmicos para o transporte do leite das propriedades até as indústrias; d) a portaria prevê a necessidade de testes de Contagem de Células Somáticas (CCS) e Contagem Padrão em Placas (CPP) (bacteriana) e resíduos de antibióticos, no mínimo, uma vez a cada duas semanas por produtor.

A Portaria 56 foi modificada e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) publicou no Diário Oficial da União, no dia 18 de setembro de 2002, a Normativa 51 (IN 51), que sancionou os Regulamentos Técnicos de Produção, Identidade e Qualidade do Leite tipo A, do Leite Tipo B, do Leite tipo C, e do Leite Cru Refrigerado e o Regulamento Técnico da Coleta de Leite Cru Refrigerado, bem como o Transporte a Granel. As alterações da nova legislação obrigam a Contagem de Células Somáticas e a Contagem Padrão em Placas no leite cru, regulariza a coleta a granel e fixa datas para que as alterações sejam implantadas nas diferentes regiões brasileiras como salienta Silva (2009).

Na concepção de Silva (2014, p. 96), o PNMQL e a IN 51 podem ser considerados “um marco institucional e normativo para a reestruturação produtiva da pecuária leiteira no Brasil”.

Timm e Oliveira (2009) salientam que a principal mudança imposta pela IN 51 foi a instituição do prazo para a entrega do leite ao estabelecimento processador de, no máximo, duas horas após a conclusão da ordenha. Essa medida foi tomada por pressão de determinados grupos, mas não há como fiscalizá-la adequadamente. Na realidade, a ação fiscalizadora se dará baseada na análise das amostras de leite, que devem ter as mesmas especificações de qualidade que o leite cru resfriado.

De acordo com Silva, Barone e Izidoro (2011), as medidas impostas pela IN 51, apesar de atingirem diretamente todos os produtores que comercializam o leite, são direcionadas, sobretudo, aos interesses de grandes empresários ou grupos do setor leiteiro, que produzem para exportação e precisam se adequar às exigências do mercado internacional. Dessa forma, os mais atingidos por essa IN são os pequenos produtores rurais, sejam convencionais ou assentados, que têm maior dificuldade de atenderem as exigências impostas pela legislação.

No dia 30 de dezembro de 2011, o MAPA publicou no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa nº 62 - alterando a Instrução Normativa nº51/2002 – que prevê novos parâmetros para a Contagem Bacteriana Total (CBT) e Contagem de Células Somáticas (CCS). Com essa atualização, os índices de CBT e CCS que podiam chegar a 750 mil/ml, passam a ter como limite máximo 600 mil/ml. Além disso, esta Instrução suprime os Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos leites tipos “B” e “C” e aperfeiçoa o texto original, complementando o controle sanitário de brucelose e tuberculose, bem como normatiza a obrigatoriedade da realização de análise para pesquisa de resíduos de inibidores e antibióticos no leite, como explica Pereira (2012).

Em suma, essas mudanças na atividade leiteira têm maior impacto sobre os pequenos produtores de leite que, em muitos casos, não conseguem se adequar à legislação por fatores econômicos, financeiros e/ou de informação, já que a criação de gado com dupla aptidão – carne e

leite - e a venda de bezerros se constitui numa estratégia que garante certa rentabilidade, constituindo-se também como uma reserva (poupança) que pode ser utilizada em momentos de dificuldades. Dessa forma, em virtude da descapitalização da maior parte dos pequenos produtores de leite no país, essa produção pode se constituir, juntamente com outras atividades desenvolvidas (cultivos comerciais, de subsistência etc.) e diferentes fontes de renda (aposentadoria ou pensão, trabalho externo à propriedade rural, benefício social como Bolsa Família etc.), em importante estratégia de reprodução social e manutenção da família e do patrimônio.

2.2. Rebatimentos da reestruturação produtiva aos laticínios no Brasil

O setor agroindustrial pós-anos 1990 empreendeu um processo de reorganização das relações entre os agentes econômicos, dentro das empresas e entre elas, por meio da reestruturação das articulações com os demais agentes (fornecedores, distribuidores, clientes e concorrentes), visando ter um posicionamento estratégico de adequação às mudanças e maximizar a capacidade de colocação de novos produtos no mercado. Nessa perspectiva, surge a organização “em rede” -, “na qual a função de uma determinada unidade empresarial é definida não somente em termos de sua própria natureza, mas também, e principalmente, à luz de suas relações com outras empresas” (MAZZALI, 2000, p. 155).

Em outras palavras, enquanto a estruturação horizontal visa “à expansão dos campos de atuação e a garantia da apropriação dos resultados do esforço de inovação, a estruturação vertical está voltada para a gestão das operações”, com vistas ao gerenciamento das decisões dos vários agentes no interior do processo de produção (MAZZALI, 2000, p. 163).

As fusões e aquisições advindas, mormente, da estratégia das empresas de conquistarem novos mercados, em virtude do processo de globalização, causaram impactos na indústria láctea, que verificou aumento do consumo dos seus produtos, em 1994, em analogia ao período anterior. “Em termos de concentração, em 1993, a participação das cinco maiores companhias nas vendas da indústria alcançava 50%, no caso de leite longa vida. Em 1995, estas participações aumentam para 60% (...)” (FONSECA; MORAIS, 1999, p. 17).

No Quadro 1 verifica-se o processo de fusões e aquisições que ocorreram na década de 1990 no setor lácteo. Destaque para a atuação, nesse processo, das empresas transnacionais Parmalat e Nestlé.

As empresas transnacionais protagonizaram os processos de fusões e aquisições, com exceções da Vigor/Leco que adquiriu a Flor da Nata em 1990 e do Aviário Porto-Alegrense (AVIPAL) que adquiriu a Cooperativa Central Gaúcha (CCGL) em 1995. A concentração da

indústria de laticínios é verificada, sobretudo, “[...] pelo fato de as dez maiores empresas do setor controlarem 53% da captação de leite sob inspeção federal e as três de maior porte exercerem controle sobre 31% desse leite” (FIGUEIRA; BELIK, 1999, p. 8).

Quadro 1: Fusões e aquisições do setor lácteo no Brasil na década de 1990

Compradora	Período	Empresa adquirida
Parmalat (italiana)	1990	Alimba (BA), Teixeira (SP) e Via Láctea (SP)
	1991	Supremo (MG), Alpha (RJ) e Santa Helena (GO)
	1992	Go-gó, unidade da Mococa em Santa Helena (GO), Planalto (RJ), Lacesa (RS)
	1994	Clipe, Ouro Preto e Sylvania
	1996	Bethania
	1998	Batavo (PR)
Nestlé (suíça)	1991	CCPL, unidade de Teófilo Otoni (MG)
	1993	Adquiriu quatro fábricas de queijo e manteiga da SPAM localizadas em Nova Venécia (ES), Medeiros Neto (BA), Nanuque (MG) e Rialma (GO)
Grupo Mansur (Vigor/Leco) (brasileira)	1990	Flor da Nata (SP)
Fleischmann (americana)	1995	Avaré (SP), Gumz (SP)
AVIPAL (brasileira)	1995	CCGL (RS)
La Serenisima (americana)	1996	Leite Sol (SP)
Milkaut (argentina)	1999	Ivoti (RS)
Royal Numico (holandesa)	1999	Mococa
Perez Companc (argentina)	1999	Queijo Minas

Fonte: Adaptado de Figueira e Belik (1999, p. 8).

A partir dos anos 2000, novamente ocorreram processos de fusões e aquisições que modificaram a estrutura do mercado lácteo, como no caso da criação da empresa Lácteos Brasil (LBR), pela fusão, em 2010, da LeiteBom e da Bom Gosto, que reuniu as marcas LeiteBom, Paulista, Poços de Caldas, Glória, Boa Nata, Bom Gosto, Líder, Cedrense, DaMatta, São Gabriel, Sarita, Corlac e Ibituruna (VARGAS; NEVES; MARTINÉLLI JUNIOR, 2013).

Quanto à operacionalização das unidades processadoras de leite, além de práticas correlacionadas à lógica de distribuição como, por exemplo, a entrega padronizada, *just in time*, código de barras, entre outras, as empresas passaram a ter que oferecer suporte promocional aos pontos de venda. Nessa perspectiva, uma tendência gerencial de grande repercussão na comercialização é a gerência por categoria de produtos que exige acompanhamento individualizado para cada derivado do leite (BORTOLETO; CHABARIBERY, 1998).

De acordo com Bortoleto e Chabaribery (1998), as empresas médias, familiares, de alcance regional, e as cooperativas são as mais atingidas pelo processo de reestruturação. As empresas pequenas e que trabalham, predominantemente, com a fabricação dos queijos tradicionais e distribuição do leite cru, pelas dificuldades para enfrentar a legislação tributária e sanitária, tendem a continuar sobrevivendo no mercado informal.

A competição entre marcas e fabricantes deve ser intensificada ainda mais, já que, ao passo em que as indústrias de laticínios vêm investindo em aumento de capacidade produtiva, inclusive com novas fábricas, e vão ofertando um número cada vez maior de produtos verifica-se uma expectativa de crescimento moderado de vendas, em função de acréscimos de consumo inferiores aos primeiros anos pós-Real. “Nesse contexto, o desafio do fabricante está em buscar, ao mesmo tempo, maior eficiência técnica e menores custos operacionais” (BORTOLETO; CHABARIBERY, 1998, p. 28).

Atualmente, a tendência de crescimento do consumo de leite - que beneficia tanto os produtores quanto os laticínios - está atrelada a expansão da classe média. Assim, Wilkinson (2009, p. 23) afirma que: “O Brasil está idealmente posicionado para se beneficiar [...] porque suas empresas líderes combinam estratégias de exportação com o desenvolvimento de produtos e serviços para a sua classe média”.

O crescimento do mercado do leite esterilizado, longa vida, asséptico ou UHT (*Ultra High Temperature*) que, oferecido a preços muito próximos aos dos leites B e C, passou a representar mais de 50% da oferta de leite fluido em poucos anos, significou uma alteração expressiva no perfil industrial. Com a expansão dos limites do mercado, as empresas que não conseguiram modernizar-se e realizar os investimentos necessários, principalmente os de ordem tecnológica, acabaram sendo eliminadas (FONSECA; MORAIS, 1999).

Em suma, essas mudanças verificadas após a década de 1990 levaram *os laticínios* a imporem medidas de: maior seleção dos produtores fornecedores de leite; reorganização por meio de processos de fusão e aquisição como estratégia para a conquista de novos mercados e de mudanças nas práticas relacionadas à distribuição (entrega padronizada, *just in time*, dentre outras). Essas necessidades foram e são sanadas, sobretudo, no caso dos laticínios de médio e grande porte em virtude da necessidade de investimentos financeiros. A expansão da classe média também tem colaborado para o crescimento do consumo do leite de modo a contribuir tanto com os produtores, particularmente os especializados e de grande escala, quanto com os laticínios.

2.3. Rebatimentos da reestruturação produtiva na relação laticínio - produtor no Brasil

No que se refere, especificamente, às relações entre os laticínios e o produtor rural, tem se percebido que no Brasil há, por exemplo, relações informais de compra e venda de leite, com acordos de curto prazo, bem como relações não contratuais de compra e venda de leite, com vínculos entre os agentes, tais como intermediação de financiamentos pela indústria para compra de tanques de expansão e tecnificação de produtores rurais, e/ou fornecimento de tanques de expansão em comodato pela indústria, entre outros. Nesses exemplos, mesmo sem a existência de contratos formais, podem ser verificadas relações mais concretas entre os agentes (BÁNKUTI; BÁNKUTI; SOUZA FILHO, 2010).

Os autores supracitados afirmam ainda que se verifica no panorama industrial brasileiro o surgimento e o crescimento da compra pelos laticínios de leite de outras empresas processadoras, sobretudo cooperativas, de modo aleatório e sem nenhum tipo de vínculo temporal, somente para o atendimento de uma necessidade momentânea de suprimento. Dessa forma, no tocante à relação produtor rural – laticínio, não há atualmente no Brasil um modelo único de referência, como o caso encontrado no sul do país na cadeia de carne de aves, com o processo de integração do produtor pela indústria de abate. Diante da atual realidade do setor, ainda não é possível apontar no Brasil uma forma singular e de referência para o estabelecimento de relações de compra e venda de leite entre produtor rural e laticínio.

Ainda que, algumas empresas processadoras já venham realizando o pagamento ao produtor de leite por qualidade e o governo venha fomentando programas de produção integrada de leite e a formação de associações de empresas objetivando alcançar o mercado externo, o país ainda precisa de investimentos em qualidade e *marketing* dos seus produtos no mercado externo (LEITE; CARVALHO, 2009).

Sobre esse aspecto, Siqueira e Pinha (2012) ressaltam que o Brasil ainda não conseguiu se colocar em definitivo no mercado internacional de lácteos pelos altos padrões de qualidade exigidos. Coaduna-se a isso, a necessidade de melhoria na produtividade para que o país tenha condições de aumentar sua produção e, por consequência, as exportações de lácteos.

A infraestrutura é outro aspecto dificultador em relação às transações internacionais, pois os produtos lácteos requerem um cuidado especial quanto ao processo de estocagem e transporte (SIQUEIRA; PINHA, 2012). Justifica-se assim, a necessidade da granelização do leite.

No âmbito da adoção da coleta granelizada de leite, Martins e Faria (2006, p. 54) enfatizam que “os laticínios introduziram o conceito de logística integrada, o que levou ao fechamento de postos de resfriamento, redução de rotas de coleta, demissão de pessoal e aumento de carga

transportada por caminhão”. O que incidiu em problemas sociais em decorrência da exclusão de muitos produtores de leite do processo produtivo.

2.4. Rebatimentos da reestruturação produtiva no comportamento do consumidor final no Brasil

Diante da intensificação da concorrência em um mercado globalizado, o consumidor passa a ter papel fundamental no processo de determinação de padrões de qualidade, preços e fluxos de produtos em uma cadeia produtiva. Desse modo, o consumidor brasileiro tem, cada vez mais, à sua disposição derivados lácteos advindos de diversos países e regiões, fazendo com que pelo menos uma parcela da população passe a ser mais exigente com a qualidade (BORTOLETO; CHABARIBERY, 1998).

O consumidor brasileiro está cada vez mais exigente e preocupado com o consumo de alimentos mais saudáveis, saborosos, nutritivos, práticos e com bom aspecto visual. A conjunção desses fatores aponta para a necessidade de uma cadeia produtiva mais organizada, que disponibiliza produtos com valor agregado - o que preconiza a qualidade no processo produtivo, desde a matéria prima até o produto final, bem como o investimento em tecnologia, como discorre Arana (2006).

De acordo com Leal (2002), o consumidor é o principal responsável pelo processo de modernização da cadeia produtiva do leite, já que é a partir de seus hábitos, do seu nível de exigência, da sua percepção do que é qualidade e preço justo, que serão impostas as normas e condições para a competição entre os agentes da cadeia produtiva. Ainda assim, vale lembrar que os consumidores podem ser manipulados por meio da propaganda.

O caminho da modernização da referida cadeia produtiva perpassa pelo atendimento das expectativas do consumidor de forma eficiente por meio da oferta de produtos e serviços de qualidade, com preço acessível, regularidade no fornecimento e variedade de produtos de modo a criar e sustentar as condições de competitividade dentro da própria cadeia produtiva, seja internamente, por meio de produtos substitutos, seja externamente, na busca de novos mercados (LEAL, 2002). Desse modo, o autor ressalta: “[...] o caminho parece ser aquele que busca eficiência, racionalizando o processo, valorizando a qualidade da matéria-prima com regularidade e fidelidade na entrega apostando na profissionalização do produtor” (LEAL, 2002, p. 13).

Em decorrência da significativa disparidade de renda no Brasil, “enquanto uma faixa de consumidores busca qualidade nos produtos, uma outra, bem maior em termos quantitativos, está

muito mais preocupada com preços do que com marcas e qualidade” (BORTOLETO; CHABARIBERY, 1998, p. 26).

Sumariamente, a reestruturação produtiva possibilitou aos *consumidores*, a oferta de um produto com maior qualidade e diversificação em termos de produtos. Não podemos esquecer, no entanto, dos escândalos que envolveram a adição de produtos escusos ao leite no mês de novembro de 2013. Um dos casos era o do transportador do município de Três de Maio (RS) que adicionava produtos químicos para recuperar o leite que estava vencendo (REBELLO, 2013).

2.5. Rebatimentos da reestruturação produtiva nas cooperativas agropecuárias no Brasil: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP)

De acordo com Maurer Junior (1966), o cooperativismo é um sistema que proporciona benefícios aos produtores rurais, por diminuir a influência dos intermediários que, muitas vezes, são os que mais lucram na cadeia produtiva e por permitir a utilização conjunta de alguns equipamentos; bem como por facilitar a obtenção de empréstimos e financiamentos direcionados ao desenvolvimento da atividade e; por fomentar a assistência e orientação técnica, de modo mais frequente do que as oferecidas pelo governo, além de organizar o processo industrial de produtos perecíveis, como é o caso do leite e das frutas.

Na ótica de Silva (2008), o cooperativismo é um sistema de organização social e uma ferramenta utilizada pelo Estado no século XX como alternativa para o abastecimento das cidades e para a modernização do campo. Assim, as cooperativas, a exemplo das empresas privadas, ao passo em que estão subordinadas ao capital, também reproduzem o próprio capitalismo no qual estão inseridas. Embora o cooperativismo tenha, em muitos casos, um aspecto capitalista, ainda se constitui num modo bastante usual e relevante de organização social para os produtores rurais.

Segundo Martins e Faria (2006, p. 60) “o leite não apenas interiorizou os pressupostos do cooperativismo em praticamente todo o território nacional, como também foi e ainda é responsável pela interiorização do processo industrial”, pela inclusão social, por meio de geração de emprego e renda, e pela arrecadação de tributos.

Martins e Faria (2006) salientam que no decorrer do período de regulamentação do mercado lácteo, o próprio ambiente institucional induziu as cooperativas a se definirem em cooperativas singulares e centrais. Isso pelo fato de que as cooperativas singulares foram formadas, mormente, com o objetivo de tornar viável o processamento e a comercialização da produção num mercado regional, já que a produção era muito limitada às propriedades e desse modo, a atuação de cooperativas regionais, dinamizava o processo organizacional da cadeia produtiva e diminuía os

custos logísticos. O excedente de produção era destinado à Cooperativa Central, que detinha a responsabilidade de abastecer os grandes centros, sobretudo no que tange ao mercado de leite fluido.

Os autores supracitados afirmam ainda que a partir dos anos 1980 foi ocorrendo falência de cooperativas de leite, inclusive daquelas posicionadas em importantes lugares no *ranking* das empresas lácteas. “Ainda assim, naquela década pelo menos um em cada dois litros de leite captados e comercializados no Brasil se dava por meio do cooperativismo” (MARTINS; FARIA, 2006, p. 62).

As mudanças ocorridas nas estruturas produtivas do Brasil, a partir da década de 1990, incorreram para o enfraquecimento do sistema cooperativista, que, vinculado às lógicas empresariais, perde sua característica de “cooperação” e passa a servir de agente de intermediação entre produtor rural e agroindústria, e na maioria das vezes, somente mediando as relações determinadas pelas agroindústrias, não dispensando nenhum tipo de apoio técnico aos associados (MADANÊLO; MARAFON, 2013).

No que se refere, especificamente, à Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, ressalta-se que a Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP) até 2002 era a principal empresa de laticínios da região e responsável pelo processamento de 50% do leite produzido nessa área, como discorre Stevanato (2002).

Em decorrência de problemas de ordem gerencial, dentre eles, a falta de planejamento na ampliação das instalações do prédio, das linhas de produtos e do número de equipamentos esta cooperativa entrou em crise, causando prejuízos socioeconômicos aos fornecedores de leite e a toda cadeia produtiva de leite regional, como frisa Silva (2009).

Em dezembro de 2004, a unidade em que funcionava a COOLVAP foi alugada, pelo fato da cooperativa não possuir crédito e ter uma dívida exorbitante. O 1º contrato de arrendamento dessa unidade iniciou em 2005 e perdurou até dezembro de 2008, data em que se realizou a renovação deste até dezembro de 2012 (SILVA, 2009).

Intentando verificar como se encontra a COOLVAP, entramos em contato com a presidência da cooperativa (dia 06 de outubro de 2014) e obtivemos a informação de que sua infraestrutura ainda está alugada para o laticínio Líder (como previa o contrato) e que não havia expectativas de mudança, bem como ainda não se sabia se haveria renovação do contrato de arrendamento da unidade.

Em suma, esse caso brasileiro mostra a dificuldade das cooperativas de pequeno e médio porte continuarem ativas diante das novas exigências do mercado empreendidas pela reestruturação

produtiva que preconiza grandes investimentos tecnológicos e organizacionais. Além disso, evidencia que a má gestão da cooperativa prejudicou a sua manutenção no mercado.

3. O município de Presidente Bernardes - SP: características históricas e socioeconômicas

A sede do município de Presidente Bernardes está localizada na latitude 22°00'22" sul e na longitude 51°33'11" oeste, estando a uma altitude de 429 metros, situado no Sudoeste do Estado de São Paulo, na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, e ocupando uma área de 753,74 km². Tem-se acesso a essa localidade pela rodovia Raposo Tavares e também por vicinais que ligam o município a Álvares Machado, Santo Anástácio, Tarabai, Sandovalina e Emilianópolis (SEADE, 2012).

O município tem como limites político-administrativos: a leste, Alfredo Marcondes e Álvares Machado; ao norte, Emilianópolis; a Oeste com Santo Anastácio e Mirante do Paranapanema e ao sul, Tarabai e Sandovalina. Além da sede municipal, abrange dois (2) distritos: Araxans e Nova Pátria (IBGE CIDADES, 2012) (Mapa 1).

No recorte espacial de estudo, verificou-se que, com a decadência do café no decorrer dos anos 1940, empreenderam-se novas lavouras, a saber: a batata, a menta, o amendoim e o algodão, bem como a expansão das pastagens para a criação de gado (ABREU, 1972).

Segundo Hespanhol (2000), durante a década de 1950 a produção de algodão, bem como de outras lavouras de um modo geral, entraram em declínio por causa dos baixos preços dos produtos agrícolas, do desgaste do solo e das dificuldades de acesso ao crédito. É nesse íterim que a pecuária se expande na região, estimulando a instalação dos primeiros frigoríficos e a expansão das áreas de pastagens.

A autora supracitada expõe ainda que a expansão da pecuária na região se firmou tanto nas áreas antes ocupadas por lavouras, quanto em novas áreas, como por exemplo, no Pontal do Paranapanema.

Diante das mudanças que ocorreram no sistema agroindustrial do leite na década de 1990, é importante frisar que nem todo o sistema foi reformulado, já que ainda é expressiva a falta de organização política do setor decorrente do predomínio da pecuária mista, ou seja, a não especialização da pecuária leiteira no país, como aponta Clemente (2006).

Nessa perspectiva, Santos (2004) afirma que a realidade da Europa e dos Estados Unidos é de uma pecuária especializada, em que os produtores de leite são apoiados por uma organização política que lhes protege das políticas de importação e da instabilidade de preços; enquanto que no Brasil, a maioria dos produtores de leite não é especializado e depende da entressafra para receber acréscimo no preço do produto entregue. No entanto, é evidente um pagamento diferenciado por volume e a diferenciação entre o leite tipo B e C.

Também em meados da década de 1990, as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) se disseminaram no município de Presidente Bernardes, ocupando extensas áreas com títulos de propriedade contestados pelo Estado, visando acelerar o processo de desapropriação e a implantação de assentamentos rurais nessas áreas, como afirma Miralha (2006). O autor salienta que:

A implantação de assentamentos rurais em Presidente Bernardes significou também um rearranjo espacial da porção sul do município. Onde se encontravam as grandes fazendas improdutivas e/ou com pecuária extensiva e com pouca utilização de mão-de-obra, com uma paisagem monótona e gerando três ou quatro empregos rurais, foram assentadas 299 famílias que dinamizaram a paisagem com vários tipos de plantações e criações. Seis fazendas foram retalhadas para a implantação dos projetos de assentamentos e receberam 299 famílias em lotes que variam de 14 a 21 hectares (MIRALHA, 2006, p.97).

No Quadro 2 verificam-se algumas informações sobre os assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes – SP implantados na década de 1990. Destaque deve ser dado ao Assentamento Rodeio que comporta o maior número de famílias assentadas.

No que se refere à estrutura fundiária, cumpre lembrar, de acordo com a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que são classificadas como pequenas propriedades rurais aquelas que possuem entre 1 e 4 módulos fiscais; as médias possuem entre 4 e 15 módulos, e grandes propriedades aquelas que possuem mais de 15 módulos (BRASIL, 1993). Vale lembrar que cada município estipula a medida de área utilizada como módulo fiscal. No caso específico do município de Presidente Bernardes (SP), um módulo fiscal corresponde a 22 hectares (PMDRS, 2010).

Quadro 2: Nome, ano de implantação e número de famílias dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes – SP

Nome do Assentamento rural	Ano de implantação	Número de famílias
Água Limpa I*	1996	31
Água Limpa II*	1996	26
Santa Eudóxia*	1996	6
Palú	1996	44
Rodeio	1997	65
Santo Antônio II	1998	24
Florestan Fernandes	1998	55
Quatro Irmãs	1998	15

Fonte: Pilla, Andrade e Marques (2013).

*Esses assentamentos, nos primeiros anos de implantação, formavam um único denominado de “Água Limpa”.

No tocante à estrutura fundiária do município de Presidente Bernardes, especificamente, verifica-se, por meio da Tabela 1, que no ano de 1995/96, 50.712 hectares ou 66,39% do total de grupo de área (76.380 hectares) se referem às áreas de grandes estabelecimentos, enquanto que em 2006 esses números são, respectivamente, 34.627 hectares ou 51,47%. Esses dados comprovam que o referido município, tal qual a MRG de Presidente Prudente, apresenta concentração fundiária expressiva.

Tabela 1: Estrutura fundiária do município de Presidente Bernardes - SP (1995/96 -2006)

Anos	1995/96		2006	
	Área	%	Área	%
Menos de 10 ha	1.010	1,32	1.632	2,42
10-20 ha	3.009	3,94	6.739	10,01
20-50 ha	7.307	9,57	7.786	11,57
50-100 ha	7.683	10,06	8.142	12,10
100-200 ha	6.659	8,72	8.346	12,41
200-500 ha	18.379	24,06	11.963	17,78
500-1000 ha	8.960	11,73	6.927	10,30
1000 ha e mais	23.373	30,6	15.737	23,30
Total	76.380	100	67.272	100

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

De acordo com a Tabela 2, verifica-se que o município de Presidente Bernardes, no período de 1995/96 a 2006 apresentou um aumento da área de pastagem (de 61.450 para 62.038 hectares) em detrimento da área de lavouras (de 10.224 para 6.024 hectares). Essa constatação está correlacionada ao aumento da criação de gado de corte e de leite.

Tabela 2: Evolução das áreas de pastagens e lavouras no município de Presidente Bernardes – SP (1995/96 - 2006)

Presidente Bernardes		
Anos	Pastagens (ha)*	Lavouras (ha)**
1995/96	61.450	10.224
2006	62.038	6.024

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1995/96 e 2006.

* Censo de 1995/96 - Inclui pastagens naturais e plantadas. Censo de 2006 – inclui pastagens plantadas em boas condições e degradadas e pastagens naturais. ** Inclui lavouras permanentes e temporárias.

Mesmo com o desenvolvimento da atividade leiteira, verifica-se por meio da Tabela 3, que há um esvaziamento da população rural do município de Presidente Bernardes – SP em virtude da falta de condições econômicas e de trabalho para a sua permanência no campo. No que se refere, especificamente, aos produtores de leite, essa redução está intimamente correlacionada às novas exigências das empresas do setor de processamento que, muitas vezes, impossibilita a permanência destes no segmento por necessitar de novos investimentos.

Em 1991, a população rural somava 5.426 habitantes e em 2000 esse número caiu para 4.508 habitantes. No ano de 2010 a população rural era de apenas 3.070 habitantes (Tabela 3).

Tabela 3: Dinâmica populacional do município de Presidente Bernardes – SP (1991-2010)

Anos	População rural	População urbana	População total
1991	5.426	10.885	16.311
2000	4.508	10.154	14.662
2010	3.070	10.500	13.570

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Essa redução do número de habitantes rurais e, por consequência, o aumento da população urbana, acaba por prejudicar as condições de vida na cidade. Isso porque, Presidente Bernardes caracteriza-se como um município de pequeno porte, em que a base da economia estava assentada, no ano de 2010, no setor de serviços, representando 77,1% do Valor Total Adicionado; a agropecuária responde por 12,6%; e a indústria por 10,3% (SEADE, 2012). Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social, em que se considera as dimensões riqueza, longevidade e escolaridade, o município de Presidente Bernardes era caracterizado como pertencente ao Grupo 4,

ou seja, “Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade” (SEADE, 2012). Verifica-se, por meio dessas informações, a dificuldade das pessoas que deixaram o campo para se fixarem e encontrarem ocupação na cidade, resultando no aumento do número de pessoas desempregadas e os problemas em relação à infraestrutura urbana.

4. Caracterização da pecuária leiteira no município de Presidente Bernardes – SP: perfil e realidade dos produtores

Nessa parte do texto faremos a caracterização da produção de leite nas propriedades convencionais e lotes, dos produtores convencionais e assentados, bem como de suas propriedades e lotes rurais de modo a compreender como está organizada a produção leiteira, considerando a realização da pesquisa de campo.

4.1. Caracterização dos produtores convencionais e assentados

Em trabalho de campo foi realizada a aplicação de formulário a 28 produtores convencionais e 28 produtores assentados, numa amostra de 56 unidades produtivas no município de Presidente Bernardes – SP, no qual se buscou analisar as características dos produtores de leite convencionais e assentados do referido município de modo a identificar (não há uma informação sobre o tamanho dos lotes e propriedades rurais e do tamanho do rebanho?) a faixa etária predominante destes, bem como as perspectivas de permanência na atividade.

Com base nos dados apresentados na Tabela 4, acredita-se que a perspectiva de continuidade da pecuária leiteira pode estar limitada no referido município, pois 61% dos produtores de leite convencionais possuem 48 anos de idade ou mais, sendo que 11% deles já têm mais de 65 anos; enquanto que em relação aos produtores assentados, essas porcentagens, respectivamente, são 59% e 14%.

Tabela 4: Idade dos produtores de leite convencionais e assentados

	Convencionais		Assentados	
	Nº	%	Nº	%
30 a 38 anos	5	18	5	18
39 a 47 anos	6	21	6	22
48 a 56 anos	6	21	7	24
57 a 65 anos	8	29	6	21
66 a 74 anos	3	11	4	14
Total	28	100	28	100

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2013)

A idade avançada de muitos produtores de leite convencionais está correlacionada ao fato de que a maior parte era constituída de antigos lavradores que, com a decadência da atividade agrícola, passou a se dedicar à pecuária leiteira por ser esta uma atividade que gera renda mensal e possibilidade de venda dos animais de descarte, enquanto que os filhos foram morar na cidade em busca de melhores condições de vida.

Quanto aos produtores de leite assentados, infere-se que a demora para o acesso à terra e o desenvolvimento de outras atividades, tanto urbanas quanto rurais, podem ser fatores explicáveis para a idade avançada de grande parte deles.

4.2. Produção de leite nas propriedades convencionais e nos lotes

O leite produzido na maioria das propriedades convencionais e nos lotes nos assentamentos rurais é o leite Tipo C. Das 28 propriedades convencionais visitadas, somente em uma (4%) se produz leite tipo B. A mesma constatação ocorreu nos lotes dos assentamentos visitados, em que apenas em uma (4%) unidade produtiva se verificou a produção do leite Tipo B.

O número de propriedades convencionais e lotes em que há produção do leite Tipo B é reduzido em virtude da necessidade de investimento por parte dos produtores em infraestrutura e animais especializados.

Cumprir lembrar que em nenhum dos dois casos (um produtor convencional e outro assentado) há acréscimo no valor pago pelo laticínio ao produtor, pois no momento da coleta o volume entregue do leite Tipo B é misturado ao do leite Tipo C.

Levando em conta que nesses dois casos não há acréscimo do valor pago pelo leite em decorrência da falta de seleção do produto no momento da coleta, não é viável a produção do leite Tipo B, a menos que houvesse uma separação por parte dos responsáveis pela captação do leite – o que não ocorre em virtude do baixo volume do leite Tipo B fornecido aos laticínios. Em suma, se não há diferenciação no preço pago pelo diferentes tipos de leite, não há motivo para o produtor investir na produção do tipo B.

A média de produção de leite por vaca/dia no período de safra² nas propriedades convencionais predominantemente é de cinco litros, resposta dada por 16 (56%) dos entrevistados. Apenas três produtores que correspondem a 12% dos pesquisados têm uma produção média de 10, 12 e 14 litros de leite por vaca/dia no período de safra, respectivamente.

² A safra corresponde aos meses de outubro a fevereiro, e conseqüentemente, os demais meses correspondem à entressafra.

A mesma média de produção de leite por vaca/dia no período de safra predominante foi encontrada nos lotes (5 litros) situados nos assentamentos rurais, ou seja, dos 28 entrevistados, 11 (38%) deles afirmaram ter essa média produtiva. Dentre os entrevistados, apenas quatro (14%) afirmaram ter uma produção superior ou igual a 10 litros de leite por vaca/dia no período de safra.

Essas constatações permitem inferir que a baixa produtividade pode estar correlacionada à nutrição e/ou à genética dos animais, dentre outros fatores. Assim, cumpre lembrar, segundo Faria e Corsi (2000), que o desenvolvimento da pecuária leiteira exige a adoção de conhecimentos técnicos responsáveis por realizar mudanças nos índices de produtividade.

De um modo geral, percebeu-se que na entressafra ocorre uma diminuição da produção de leite tanto nas propriedades convencionais quanto nos lotes. Pode-se inferir que os entrevistados que produziam um maior percentual de leite na safra, diminuíram sua produção na entressafra por fatores nutricionais ou falta de controle reprodutivo do rebanho.

No que diz respeito à raça dos animais criados pelos produtores convencionais, verificou-se que há a predominância de gado misto, ou seja, com aptidão tanto para a produção de carne quanto para a de leite, criado por 23 (82%) dos produtores; seguido pelo gado girolando – por dois (7%) dos produtores; nelore – dois (7%) dos produtores; e holandês – um (4%) dos produtores.

Sabe-se que o ideal seria que os produtores de leite dispusessem de animais especializados na produção leiteira (Holandesa, Pardo-Suíça ou Schwyz, Jersey, Guernsey e a Ayrshire), no entanto, não foi constatada essa realidade na maioria das propriedades convencionais.

Em relação às raças criadas pelos produtores assentados, percebe-se que a maioria deles, ou seja, 17 ou 61% dos entrevistados possuem animais mistos; quatro ou 14% possuem nelores; três (11%) possuem girolandos; dois (7%) possuem holandeses; e outros dois (7%) possuem jerseys.

Assim como nas propriedades convencionais, verificou-se que nos lotes as raças predominantemente utilizadas não foram as especializadas na produção de leite. Essa constatação pode ser verificada em toda a região de Presidente Prudente - SP como se constata no trabalho de Santos (2004, p. 96), pois “[...] as raças mistas são destinadas tanto à produção de carne, como de leite, sendo que as raças utilizadas [e especializadas] na produção de leite assumem uma posição secundária na região [...]”.

Verificou-se que tanto nas propriedades convencionais quanto nos lotes falta uma melhor gestão dos índices zootécnicos³, o que aliado a outros fatores (baixa adesão à tecnologia, gado não especializado, dentre outros) pode justificar uma produção não-especializada.

³ Os índices zootécnicos (IZ) são dados de produtividade e uma importante ferramenta de avaliação de desempenho dentro de uma propriedade. Expressam numericamente o resultado de diversos parâmetros da exploração pecuária e a

Na concepção de Stevanato (2002), os produtores podem ser classificados em especializados e não especializados. A primeira categoria de produtores diz respeito:

[...] àqueles que têm como atividade principal a produção de leite, ou mesmo tendo esta como uma segunda atividade, contam com rebanhos leiteiros especializados e estão investindo por meio de financiamentos ou por conta própria em tecnologia para tornar a produção da sua propriedade [ou lote] de maior qualidade (STEVANATO, 2002, p. 92-93).

Os produtores não especializados são:

[...] os que trabalham com equipamentos menos sofisticados (rudimentares), gado pouco especializado, na maioria dos casos é gado misto, algum desses produtores não conseguem produzir leite o ano todo, somente na época da safra, pois eles aproveitam as pastagens investindo assim o mínimo em ração para complementar a alimentação. Entre esses produtores encontramos ainda dois tipos: - Os produtores que encontram no leite uma atividade de subsistência, única fonte de renda que possuem e, portanto, não contam com meios para se tornarem especializados, produzem o ano todo, mas com pouca ou nenhuma tecnologia; e

- Aqueles que têm a atividade leiteira como fonte adicional, ou seja, é uma atividade secundária, pois eles obtêm sua principal fonte de renda de outras atividades (STEVANATO, 2002, p. 93).

Compartilhando da classificação proposta por Stevanato (2002), se verificou, de acordo com a pesquisa de campo realizada no município de Presidente Bernardes – SP, que os produtores convencionais e assentados entrevistados são considerados não especializados. Acreditamos que essa categoria de produtores é a mais afetada pela reestruturação produtiva, já que estes não empregam ou empregam com menor frequência, técnicas e tecnologias que permitam se adequar às exigências impostas pela nova legislação para a produção de leite, em virtude da falta de recursos financeiros, econômicos e/ou de informação.

Verificamos na pesquisa de campo, que não houve diferenças substanciais no que diz respeito à produção de leite diante da reestruturação produtiva entre os produtores de leite entrevistados, sejam convencionais ou assentados. Isso porque, a capacidade de permanência ou de sobrevivência na atividade leiteira dos produtores após a reestruturação produtiva está correlacionada com aspectos financeiros, econômicos e/ou de informação.

Nessa perspectiva, Silva, Barone e Izidoro (2011) afirmam que, no que se refere aos assentados rurais, a produção leiteira e o associativismo rural são formas de resistência e permanência na terra. Os autores afirmam ainda que a terra desempenha o papel de liberdade, mas a produção, por sua vez, não é livre da dinâmica capitalista. Desse modo, a produção exige mais investimento e conhecimento. Acreditamos que a mesma premissa sirva para os produtores convencionais.

relação entre eles. A interpretação desses índices deve ser realizada de forma conjunta com as características do sistema de produção empregado na propriedade, ou seja, os índices variam entre sistemas intensivos e extensivos de produção. Permitem a verificação do nível reprodutivo e produtivo do rebanho (INFORMATIVO TÉCNICO, 2011).

4.3. Equipamentos e infraestrutura das propriedades convencionais e dos lotes rurais

Objetivando verificar sob quais condições é realizada a produção de leite no referido município, listamos alguns equipamentos e itens que podem nos indicar qual é o nível de modernização (ou tecnificação) dos produtores convencionais e assentados.

Verifica-se, por meio dos dados da Tabela 5, que o curral – infraestrutura crucial para a produção de leite – está presente em todas as unidades produtivas, tanto convencionais quanto de assentamentos. Outros itens como ordenhadeira mecânica e ensiladeira são verificados em menores números, tanto em relação às pequenas propriedades como nos lotes rurais.

Isso pode ser explicado em virtude de que a atividade leiteira é vista como uma atividade complementar à agrícola ou à criação de animais para a venda, como lembra Hespanhol (2000) e/ou que eles não estão investindo na propriedade ou lote rural de modo a maximizar sua produção e, por conseguinte sua lucratividade, em virtude de estarem investindo em aquisições pessoais como, por exemplo, carros e motos.

Tabela 5: Equipamentos e infraestrutura para a produção de leite nas propriedades convencionais e nos lotes de assentamentos rurais

	Propriedades convencionais		Lotes de assentamentos rurais	
	Nº	%	Nº	%
Curral	28	100	28	100
Ordenhadeira mecânica	6	21	7	25
Ensiladeira	4	14	4	14
Trator	15	54	7	25
Trituradeira	18	64	19	68

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2013)

No que se refere, especificamente, ao tanque de refrigeração percebe-se através da Tabela 6 que a maioria dos produtores convencionais não possui esse equipamento. Vale lembrar que dos 11 entrevistados que afirmaram utilizar o tanque de refrigeração, nove (9) ou 81% deles se referiam ao equipamento disponibilizado pela Associação dos Produtores Rurais do Bairro 8,5. Os demais ainda utilizam tambores para o armazenamento do leite até a chegada dos caminhões do laticínio. Os cinco (5 ou 18%) produtores assentados que utilizam tanque de refrigeração foram beneficiados pelo Laticínio Nova Mix de Teodoro Sampaio através do empréstimo desse equipamento para continuar entregando sua produção a esse estabelecimento diante da nova legislação. Os demais produtores realizam o repasse do leite para intermediários coletá-lo e resfriá-lo sob o pagamento de uma taxa.

De acordo com Clemente (2006, p. 103):

[...] com o financiamento ou o empréstimo do tanque de resfriamento por parte da agroindústria, o produtor de leite passa a ter descontado os valores diretamente da sua produção entregue ao laticínio, o que contribui para subordiná-lo cada vez mais aos ditames do capital industrial.

É importante ressaltar que alguns laticínios realizam o empréstimo do tanque de resfriamento com o intuito de obter o constante fornecimento de leite - que seria impossibilitado caso não houvesse essa iniciativa pelo fato dos produtores, em sua grande maioria, não disporem de condições financeiras para adquirirem o tanque de forma individual.

Tabela 6: Utilização de tanque de refrigeração pelos produtores e assentados

	Produtores convencionais		Produtores assentados	
	Nº	%	Nº	%
Sim	11	39	5	18
Não	17	61	23	82
Total	28	100	28	100

Fonte: Pesquisa de campo (janeiro/2013)

A atuação do intermediário na coleta e resfriamento do leite nos assentamentos é expressiva pelo fato de se criar uma logística de escoamento do produto, já que em muitos locais o laticínio não iria realizar a coleta por causa do baixo volume entregue ou pela dificuldade de acesso aos lotes rurais em virtude do mau estado de conservação das estradas. Em outros casos, o papel desse agente é crucial em virtude de que alguns produtores não têm condições de adquirir o tanque de resfriamento e o laticínio que compra a sua produção exige o leite resfriado – responsabilidade transferida ao intermediário. Porém, como já afirmado, quando o transporte do leite é realizado pelo intermediário, os produtores se tornam dependentes/subordinados a esse [intermediário] e o lucro da atividade acaba sendo menor, pois há a necessidade de pagamento de uma taxa para que ocorra o transporte.

4.4. Conhecimento dos produtores convencionais e assentados em relação à nova legislação para a produção de leite

A atual legislação para a produção de leite traz novas exigências aos produtores para o desenvolvimento da atividade. No entanto, os produtores convencionais e assentados, em sua grande maioria, ou seja, 43 ou 77% dos 56 entrevistados ainda não têm o conhecimento sobre as normas atuais.

Cumprido ressaltar que, de acordo com as entrevistas, dos 13 produtores (6 ou 22% dos convencionais e 7 ou 25% dos assentados) que afirmaram estar informados sobre a nova legislação, estes ainda se referem à Instrução Normativa 51 e não a atual Instrução Normativa 62.

Em suma, a falta de conhecimento dos produtores convencionais e assentados sobre as novas normas para a produção de leite pode significar que a transmissão sobre as atuais medidas para a produção de leite não está sendo adequada, ou seja, faltam informações aos produtores de leite e/ou que a normativa que de fato influenciou diretamente na realidade dos produtores foi a IN 51.

4.5. Dificuldades e perspectivas dos produtores convencionais e assentados na atividade leiteira

De acordo com Bortoleto e Silva (2001) no que diz respeito, particularmente, à pequena produção leiteira, as dificuldades se agravaram a partir dos anos 1990, em virtude das mudanças estruturais e operacionais na cadeia produtiva brasileira. A dinâmica de mercado está direcionada à seleção dos produtores de leite por escala de produção, qualidade da matéria-prima e profissionalismo na gestão dos negócios, o que pode incidir em problemas sociais.

No desenvolvimento da pecuária leiteira, os produtores, sobretudo os pequenos, enfrentam diversas dificuldades. Na opinião dos produtores convencionais, o principal fator de desestímulo à atividade leiteira é o baixo preço obtido pelo leite, resposta dada por 12 produtores (43%); a falta de assistência técnica, indicado por oito produtores (28%); o alto custo dos insumos, elencado por cinco produtores (18%); e a dificuldade em relação à obtenção de financiamentos (carência, valor liberado e adequação para liberação), salientado por três produtores (11%). O principal dificultador para o desenvolvimento da pecuária leiteira na visão dos produtores assentados é o baixo preço pago pelo leite, que foi apontado por 17 produtores (61%); seguido dos altos custos de insumos, resposta dada por cinco produtores (18%); a dificuldade em relação aos financiamentos (carência, valor liberado e adequação para liberação), que foi salientado por quatro produtores (14%); e a falta de assistência técnica, que foi indicada por dois produtores (7%).

Mesmo diante de tantas dificuldades, os produtores convencionais e assentados, em sua grande maioria, pretendem continuar na atividade leiteira. Dos produtores convencionais entrevistados, 25 ou 89% deles desejam permanecer na pecuária de leite e dos produtores assentados pesquisados, 22 ou 78% deles.

A pretensão de permanência na atividade leiteira por parte da maioria dos produtores convencionais e assentados é justificada pela obtenção de uma renda mensal e pela possibilidade de

venda dos animais de descarte. De acordo com Silva, Barone e Izidoro (2011), a atividade leiteira para os pequenos produtores não deve ser encarada apenas do ponto de vista da renda líquida imediata que proporciona, mas também do fluxo de receita que propicia mensalmente aos produtores, constituindo-se, portanto, num fator de segurança financeira que deve ser considerado.

5. Conclusões

A cadeia produtiva do leite no Brasil tem apresentado mudanças tecnológicas, logísticas, sanitárias e normativas em decorrência da reestruturação produtiva desencadeada a partir dos anos 1990, com repercussões, muitas vezes, negativas aos produtores de leite.

Percebeu-se que os produtores convencionais e assentados entrevistados são considerados não especializados. Infere-se que, possivelmente, a reestruturação produtiva tenha uma maior repercussão negativa sobre essa categoria de produtores, pois estes não empregam ou empregam com menor frequência, técnicas e tecnologias que possibilitem a adequação às exigências impostas pela nova legislação para a produção de leite. Os produtores mais capitalizados e com maior informação e que são, geralmente, os mais tecnicizados e especializados, tendem a suportar com maior facilidade os impactos da reestruturação produtiva.

Foi observado que o rebanho leiteiro, tanto nas propriedades convencionais quanto nos lotes rurais, é predominantemente não especializado, já que é constituído, mormente, por animais mistos, ou seja, de dupla aptidão. Esse fato, ligado a alimentação, muitas vezes, inadequada, justifica uma produção média de 5 litros/vaca/dia, considerada baixa.

Verificou-se através da pesquisa que o futuro da atividade leiteira em Presidente Bernardes – SP pode estar comprometido devido à idade avançada dos produtores convencionais e assentados, por conta da descapitalização desses e das exigências em termos de inovações tecnológicas cada vez maiores dos laticínios. Ainda assim, verificou-se que há a pretensão de continuidade na atividade por parte da maioria dos produtores convencionais e assentados em virtude da obtenção de uma renda mensal, o que complementa a renda familiar, e da possibilidade de comercialização dos animais de descarte.

Os produtores, em sua grande maioria, não tem conhecimento sobre a nova legislação para a produção de leite e ainda acreditam que este segmento é regulamentado pela Instrução Normativa 51 – já superada. Outrossim fica evidente que, sem que haja remuneração pela qualidade do leite, e/ou incentivos aos produtores para a adequação do sistema de produção, muitos serão excluídos do processo produtivo e acabarão tendo que buscar outras fontes de renda para permanecerem na propriedade ou no lote rural.

Quanto aos laticínios brasileiros, as mudanças verificadas após a década de 1990 levaram estes a certas necessidades, a saber: de maior seleção dos produtores fornecedores de leite; de reorganização por meio de processos de fusão e aquisição como estratégia para a conquista de novos mercados e, de mudanças nas práticas relacionadas à distribuição (entrega padronizada, *just in time*, dentre outras). Essas necessidades foram e são sanadas, sobretudo, no caso dos laticínios de médio e grande porte em virtude da necessidade de investimentos financeiros. A expansão da classe média também tem colaborado para o crescimento do consumo do leite de modo a contribuir tanto com os produtores quanto com os laticínios.

No que se refere à relação produtor rural - laticínio, ainda não é possível apontar no Brasil uma forma singular e de referência para o estabelecimento de relações de compra e venda do leite entre produtor rural e laticínio. Além disso, mesmo que algumas empresas processadoras já venham realizando o pagamento ao produtor de leite por qualidade e o governo venha fomentando programas de produção integrada de leite e a formação de associações de empresas visando alcançar o mercado externo, essa não é uma prática utilizada por todos os laticínios e o país ainda precisa de investimentos em qualidade e *marketing* dos seus produtos no mercado externo.

Quanto aos consumidores, a reestruturação produtiva possibilitou a oferta de um produto com maior qualidade - ainda que, não possamos nos esquecer dos escândalos que envolveram a adição de produtos escusos (água oxigenada e soda cáustica, por exemplo) ao leite no mês de novembro de 2013, como amplamente noticiado pela mídia nacional - e uma diversificação em termos de produtos.

No que concerne às cooperativas, sobretudo as de pequeno e médio porte, estas encontram dificuldade para continuarem ativas diante das novas exigências do mercado empreendidas pela reestruturação produtiva que preconiza grandes investimentos tecnológicos e organizacionais.

6. Referências

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista:** Presidente Prudente. 339. f. Tese (Doutorado em Geografia) - FFCL - Presidente Prudente, 1972.

ARANA, A. R. A. (Org.). **Cooperativismo** - uma alternativa de gestão. Presidente Prudente: Macromídia, 2006.

BÁNKUTI, S. M. S.; BÁNKUTI, F. I.; SOUZA FILHO, H. M. S. Sistema agroindustrial do leite: um estudo das estruturas de governança a partir de experiências no Brasil e na França. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v. 40, n. 11, p. 45-56, nov. 2010.

BENKO, G. **Economia espaço e globalização:** na aurora do século XXI. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BOMTEMPO, D. C. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média:** as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. 454.f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

BORTOLETO, E. E.; CHABARIBERY, D. Leite e derivados: entraves e potencialidades na virada do século. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.28, n. 9, p. 25-36, set. 1998.

BORTOLETO, E. E.; SILVA, V. A pequena produção leiteira no Estado de São Paulo: considerações sobre a organização e gestão dos negócios. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.31, n. 12, p.85-91, dez. 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, Brasília, fev. 1993.

CICERO, E. C. **A indústria de calçados de Birigui:** origem, reestruturação produtiva e formação de uma economia de aglomeração. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

CLEMENTE, E. C. **Formação, dinâmica e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na região de Jales – SP.** 196.f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985.** ÍCONE/UNICAMP, 1985.

DRUCK, M. G. Globalização e reestruturação produtiva: o fordismo e/ou japonismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2 (74), p. 31-48, abr.-jun. 1999.

ELIAS, D. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independências y construcción de estados nacionales – poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX**, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/07-D-Elias.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

FARIA, V. P. de; CORSI, M. Índices de produtividade em gado de leite. In: PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C. de; FARIA, V. P. de. (Edit.). **Bovinocultura leiteira: Fundamentos da exploração racional**. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 2000.

FIGUEIRA, S. R.; BELIK, W. Transformações no Elo Industrial da Cadeia Produtiva do Leite. In: **Revista Cadernos de Debate**. vol. 7. Campinas, 1999. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/pdf>. Acesso em: 26 jul. 2013.

FONSECA, M. G. D.; MORAIS, E. M. Indústria de leite e derivados no Brasil: uma década de transformações. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, n. 9, p. 7-29, set. 1999.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar:** perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE – UNESP, Rio Claro, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Cidades@ – **Município de Presidente Bernardes – SP**. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/default2.php>. Acesso em: 10 dez. 2012.

INFORMATIVO TÉCNICO DO BANCO JBS. **Índices zootécnicos na bovinocultura de corte:** área técnica-econômica, nov. 2011. Disponível em: <http://bancooriginal.com.br/uploads/INFORMACOES_FINANCEIRAS_INFORME_PECUARIO/Indices_Zootecnicos.pdf>. Acesso em 25 nov. 2013.

KIRCHOF, B. Nova legislação para o leite (Portaria 56) preocupa pequenos produtores. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. **EMATER**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 9-10, abr./jun. 2001.

LEAL, J. A. As transformações da cadeia produtiva do leite. **Documentos 69 EMBRAPA**. ISSN 0104 – 866 X. 21. ed. Teresina: Embrapa Meio Norte, p. 1-18, dez. 2002.

LEITE, M. P. **Trabalho e sociedade em transformação:** mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEITE, J. L. B. CARVALHO, G. R. O. O comércio mundial de lácteos e a participação brasileira. In: LEITE, J. L. B. (Ed.). **Comércio Internacional de lácteos**. 2. ed. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, p. 11 -13, 2009.

LENCIONI, S. A Reestruturação Urbano-Industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: **Espaço e Debates**, n.38, p. 54-61, 1994.

LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. In: **Espaço e Debates**, n. 25, 1988.

MADANÊLO, D. H. V. L.; MARAFON, G. J. **O complexo agroindustrial da pecuária de leite no Estado do Rio de Janeiro**, 2013. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/04O249.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2013.

MARTINS, P. C.; FARIA, V. P. Histórico do leite no Brasil. In: CÔNSOLI, M. A.; NEVES, M. F. (Coord.) **Estratégias para o leite no Brasil**. São Paulo: Atlas S.A/PENSA, 2006.

MAURER JUNIOR, T. H. **O cooperativismo:** uma economia humana. São Paulo: Imprensa Metodista, 1966.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial:** do complexo à organização em rede. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. Secretaria de Política Agrícola. Grupo de Trabalho. Portaria MAA, n. 166, de 5 de maio de 1998 – Diário Oficial da União, 6 de maio de 1998. **Programa de modernização do setor produtivo de leite e derivados e de aumento de sua competitividade:** minuta- proposta preliminar. Brasília, 1998. 10 p. Mimeo.

MIRALHA, W. **A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP**. 199. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

OTANI, M. N.; VEIGA FILHO, A. A.; SOUZA, M. C. M. de.; BORTOLETO, E. E.; VEIGA, J. E. R.; FREDO, C. E.; MELLO, R. L. de.; SILVA, J. C. R. de. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.31, n. 4, p.43-74, abr. 2001.

PILLA, M.; ANDRADE, M. R. O.; MARQUES, L. A. P. (Org.). **Fundação ITESP: sua história e realizações, evolução das políticas agrárias e fundiária no Estado de São Paulo**. São Paulo: ITESP, 2013 (Mapa avulso que integra o livro).

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (PMDRS) DE PRESIDENTE BERNARDES, 2010.

REBELLO, V. **Ministério Público identifica novo caso de adulteração do leite no RS**, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2013/11/ministerio-publico-identifica-novo-caso-de-adulteracao-do-leite-no-rs.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RIOS FILHO, J. N. V. **A reestruturação produtiva agropecuária da região Oeste da Bahia e a produção espacial da Cidade do Campo de Luís Eduardo Magalhães – BA**, 2015. Disponível em: <http://www.ppgau.ufba.br/urbal1/ST1_A_REESTRUTURACAO_PRODUTIVA_AGROPECUARIA.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SANTOS, J. C dos. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente-SP**. 168.f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SEADE – **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Disponível em: 10 mar. 2012.

SILVA, M. E. S.; BARONE, L. A.; IZIDORO, L. T. A produção leiteira em assentamentos de reforma agrária: renda, organização e resistência. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; DUVAL, H. C. (Edit.). **Revista Retratos de assentamentos**. Araraquara: Núcleo de pesquisa e documentação rural (Nupedor): Uniara, v. 14, n. 1, ISSN: 1516-8182, p. 265-282, 2011.

SILVA, **A pecuária leiteira de São João – PR: um estudo das relações campo-indústria**. 130. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

SILVA, E. R. F. **O perfil do produtor na cadeia produtiva do leite na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente**. 111. f. Monografia (Graduação em Tecnologia em Agronegócio) – Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2009.

SILVA, R. P. **Produção do espaço e reestruturação produtiva do setor de laticínios no Rio Grande do Norte**. 308. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SIQUEIRA, K. B.; PINHA, L. C. Vantagens comparativas reveladas e o contexto do Brasil no comércio internacional de lácteos. **Revista Informações Econômicas**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 40 - 49, jun. 2012.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na região de Presidente Prudente – SP:** o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). 153. f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2002.

TIMM, C. D.; OLIVEIRA, D. S. de. **Nova legislação do leite no Brasil**, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/veterinaria/inspleite/documentos/prelo/legisla.pdf>> Acesso em: 28 out. 2012.

VARGAS, S.; NEVES, C.; MARTINÉLLI JUNIOR, O. O comportamento da agroindústria de laticínios no Brasil com base nos indicadores técnicos e econômicos. In: 1º SEMINÁRIO DE JOVENS PESQUISADORES EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO. **Anais...** Santa Maria-RS: UFSM. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/seminarioeconomia/anais/wp-content/uploads/2013/08/2_O-COMPORTAMENTO-DA-AGROIND%3%9ASTRIA-DE-LATIC%3%8DNIOS-NO-BRASIL-COM-BASE-NOS-INDICADORES-T%3%89CNICOS-E-C3%94MICOS.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013.

WILKINSON, J. (Coord.). **Perspectivas do investimento no agronegócio**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2008/2009. Relatório integrante da pesquisa “Perspectivas do Investimento no Brasil”, em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Disponível em: <<http://www.projetopib.org/?p=documentos>>. Acesso em 19 dez. 2013.

Recebido em: 27/01/2015

Aprovado em: 11/06/2015